

EMA E - Empresa  
Metropolitana de  
Águas e Energia  
S.A.

**Relatório sobre a revisão de  
Informações Trimestrais - ITR**



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da  
EMA E - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.  
São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Ênfases**

#### ***Ativo financeiro da concessão***

Conforme mencionado na nota explicativa 9, a Companhia possui contabilizado ativo financeiro indenizável em conformidade com o ICPC 01 - Contratos de concessão. Esse ativo financeiro, no montante de R\$ 47.487 mil em 30 de junho de 2017, representa investimentos realizados pela Companhia em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012 e estão abarcados pela nova regulamentação de concessões de companhias de geração de energia, a Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme definido na legislação citada, os investimentos deverão ser recuperados a partir dos reajustes e revisão tarifária no estabelecimento de uma nova Receita Anual de Geração ("RAG"). A Administração da Companhia avaliou que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL e, conseqüentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### ***Ativo reversível da concessão***

Conforme mencionado na nota explicativa 10, a Companhia mantém contabilizado ativo reversível, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo Poder Concedente, após fiscalização e definição dos valores com base no VNR (Valor novo de reposição) pela ANEEL, nos termos do art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e a Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL em 4 de junho de 2014 a relação dos investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados na ordem de R\$ 275.273 mil a valor líquido contábil. A Administração da Companhia confirma que até 30 de junho de 2017 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados, tampouco há indicações de perda de realização. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Outros assuntos**

#### ***Demonstrações do valor adicionado***

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações



trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 1 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC 1SP141128/O-2

# Índice

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	7
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	16
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	1.024.790	1.033.330
1.01	Ativo Circulante	218.643	214.583
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	89.922	75.162
1.01.03	Contas a Receber	19.950	31.157
1.01.03.01	Clientes	16.821	29.383
1.01.03.01.01	Revendedores	16.369	25.192
1.01.03.01.02	Consumidores	452	4.191
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.129	1.774
1.01.03.02.01	Ativo financeiro indenizável	373	0
1.01.03.02.02	Serviços - Canal Pinheiros	2.756	1.774
1.01.04	Estoques	1.924	1.965
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.112	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.112	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	350	214
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	103.385	106.085
1.01.08.03	Outros	103.385	106.085
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.487	1.537
1.01.08.03.02	Outros Créditos	8.251	8.772
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	233	263
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	79.178	85.141
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	14.236	10.372
1.02	Ativo Não Circulante	806.147	818.747
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	707.875	725.242
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	707.875	725.242
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	12.692	12.326
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	372.796	391.257
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	47.114	46.386
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	275.273	275.273
1.02.02	Investimentos	87.785	80.947
1.02.03	Imobilizado	8.948	10.794
1.02.04	Intangível	1.539	1.764
1.02.04.01	Intangíveis	1.539	1.764

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	1.024.790	1.033.330
2.01	Passivo Circulante	84.109	87.035
2.01.02	Fornecedores	5.344	4.880
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.344	4.880
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.430	4.724
2.01.05	Outras Obrigações	74.335	77.431
2.01.05.02	Outros	74.335	77.431
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.010	16.010
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	11.935	11.602
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	4.852	5.801
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	170	174
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	29.700	32.784
2.01.05.02.08	Imposto de Renda e Contrib. Social a Recolher	0	143
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	11.668	10.917
2.02	Passivo Não Circulante	213.123	223.356
2.02.02	Outras Obrigações	91.714	93.885
2.02.02.02	Outros	91.714	93.885
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	74.743	76.914
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	70.784	77.832
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	70.784	77.832
2.02.04	Provisões	50.625	51.639
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.625	51.639
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	17	15
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	24.413	26.363
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	159
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	26.195	25.102
2.03	Patrimônio Líquido	727.558	722.939
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	86.345	86.345
2.03.04.01	Reserva Legal	5.295	5.295
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	66.028	66.028
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	15.022	15.022
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.619	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-35.947	-35.947

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	38.700	82.044	40.060	82.996
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-50.358	-103.009	-53.628	-108.966
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-50.358	-103.009	-53.628	-108.966
3.03	Resultado Bruto	-11.658	-20.965	-13.568	-25.970
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	6.666	9.721	2.785	4.184
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.880	2.883	1.008	1.011
3.04.04.01	Ganho na Alienação de Bens e Direitos	2.880	2.883	1.008	1.011
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.786	6.838	1.777	3.173
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.992	-11.244	-10.783	-21.786
3.06	Resultado Financeiro	167	16.689	26.407	53.005
3.06.01	Receitas Financeiras	7.982	17.281	26.658	53.587
3.06.01.01	Receitas Financeiras	7.982	16.130	7.551	15.099
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	0	1.151	19.107	38.488
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.815	-592	-251	-582
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-326	-592	-251	-582
3.06.02.02	Variações Monetárias Líquidas	-7.489	0	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.825	5.445	15.624	31.219
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.957	-826	-264	-7.480
3.08.01	Corrente	-7.874	-7.874	-4.525	-4.525
3.08.02	Diferido	9.831	7.048	4.261	-2.955
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.868	4.619	15.360	23.739
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.868	4.619	15.360	23.739
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,07323	0,11791	0,39210	0,60600
3.99.01.02	PN	-0,08055	0,12970	0,43131	0,66660
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,07323	0,11791	0,39210	0,60600

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
3.99.02.02	PN	-0,08055	0,12970	0,43131	0,66660

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.868	4.619	15.360	23.739
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.868	4.619	15.360	23.739

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-25.697	-37.072
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-15.417	-16.618
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	4.619	23.739
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-6.838	-3.173
6.01.01.03	Depreciação/amortização	426	609
6.01.01.04	Despesa de entidade de plano de previdência	6.996	2.151
6.01.01.05	Provisão riscos trabalhistas, cíveis e tributários	466	6.616
6.01.01.06	Tributos diferidos	-7.048	2.956
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.421	974
6.01.01.08	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-12.576	-50.565
6.01.01.09	Baixa de imobilizado	0	75
6.01.01.10	Ganho na alienação de bens e direitos	-2.883	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.280	-20.454
6.01.02.01	Revendedores e consumidores	12.562	-594
6.01.02.02	Tributos a recuperar	6.973	3.875
6.01.02.03	Estoques	41	54
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-136	-31
6.01.02.05	Outras contas a receber	-900	-2.359
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	-5.212	96
6.01.02.07	Contribuições para plano de previdência	-12.251	-15.242
6.01.02.08	Fornecedores	464	124
6.01.02.09	Folha de pagamento e obrigações sociais	-104	-760
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-10.035	-4.934
6.01.02.11	Pagamento contingências cíveis e trabalhistas	-1.480	-95
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-202	-588
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	40.457	39.544
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-34	0
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-943	-2.184
6.02.03	Aquisição de intangível	0	-133
6.02.04	Recebimento de arrendamento financeiro	37.000	41.026
6.02.05	Recebimento da venda de ativo imobilizado	4.434	835
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	14.760	2.472
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	75.162	44.388
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	89.922	46.860

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	86.345	0	-35.947	722.939
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	86.345	0	-35.947	722.939
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.619	0	4.619
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.619	0	4.619
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	86.345	4.619	-35.947	727.558

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.739	0	23.739
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.739	0	23.739
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	47.288	23.739	40.878	784.446

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
7.01	Receitas	98.557	96.666
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	95.615	91.916
7.01.02	Outras Receitas	3.041	1.011
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.322	4.713
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.421	-974
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-31.794	-50.711
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-31.794	-50.711
7.03	Valor Adicionado Bruto	66.763	45.955
7.04	Retenções	-426	-609
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-426	-609
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	66.337	45.346
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.969	18.272
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.839	3.173
7.06.02	Receitas Financeiras	16.130	15.099
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	89.306	63.618
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	89.306	63.618
7.08.01	Pessoal	53.389	40.734
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.684	35.752
7.08.01.02	Benefícios	6.996	2.151
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.709	2.831
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	31.436	36.674
7.08.02.01	Federais	26.311	32.010
7.08.02.03	Municipais	5.125	4.664
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-138	-37.529
7.08.03.01	Juros	592	582
7.08.03.02	Aluguéis	421	377
7.08.03.03	Outras	-1.151	-38.488
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-1.151	-38.488
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.619	23.739
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.619	23.739

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	1.114.456	1.125.762
1.01	Ativo Circulante	236.267	222.288
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	101.798	80.279
1.01.03	Contas a Receber	23.518	35.176
1.01.03.01	Clientes	20.389	33.402
1.01.03.01.01	Revendedores	19.937	29.211
1.01.03.01.02	Consumidores	452	4.191
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.129	1.774
1.01.03.02.01	Ativo financeiro indenizável	373	0
1.01.03.02.02	Serviços - Canal Pinheiros	2.756	1.774
1.01.04	Estoques	1.924	1.965
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.112	11
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.112	11
1.01.07	Despesas Antecipadas	382	214
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	105.533	104.643
1.01.08.03	Outros	105.533	104.643
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.499	1.552
1.01.08.03.02	Outros Créditos	6.884	7.315
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	233	263
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	79.178	85.141
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	17.739	10.372
1.02	Ativo Não Circulante	878.189	903.474
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	709.548	730.859
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	709.548	730.859
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	12.692	15.806
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	372.796	391.257
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	47.114	46.386
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	275.273	275.273
1.02.01.09.07	GSF	1.673	2.137
1.02.02	Investimentos	1.390	1.390
1.02.03	Imobilizado	165.712	169.461
1.02.04	Intangível	1.539	1.764
1.02.04.01	Intangíveis	1.539	1.764

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	1.114.456	1.125.762
2.01	Passivo Circulante	92.872	94.413
2.01.02	Fornecedores	5.632	5.084
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.632	5.084
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.569	4.880
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	7.974	6.671
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	7.974	6.671
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	7.974	6.671
2.01.05	Outras Obrigações	74.697	77.778
2.01.05.02	Outros	74.697	77.778
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.010	16.010
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	11.935	11.602
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	4.857	5.806
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	186	190
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	29.700	32.784
2.01.05.02.08	Imposto de Renda e Contrib. Social a Recolher	14	143
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	11.995	11.243
2.02	Passivo Não Circulante	294.026	308.410
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	80.903	85.054
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	80.903	85.054
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	80.903	85.054
2.02.02	Outras Obrigações	91.714	93.885
2.02.02.02	Outros	91.714	93.885
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	74.743	76.914
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	70.784	77.832
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	70.784	77.832
2.02.04	Provisões	50.625	51.639
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.625	51.639
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	17	15
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	24.413	26.363
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	159
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	26.195	25.102
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	727.558	722.939
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	86.345	86.345
2.03.04.01	Reserva Legal	5.295	5.295
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	66.028	66.028
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	15.022	15.022
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.619	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-35.947	-35.947

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	46.355	97.037	46.924	96.177
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-52.244	-107.085	-56.765	-114.786
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-52.244	-107.085	-56.765	-114.786
3.03	Resultado Bruto	-5.889	-10.048	-9.841	-18.609
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.880	2.883	1.008	1.011
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.880	2.883	1.008	1.011
3.04.04.01	Ganho na Alienação de Bens e Direitos	2.880	2.883	1.008	1.011
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.009	-7.165	-8.833	-17.598
3.06	Resultado Financeiro	-1.458	13.326	24.789	49.470
3.06.01	Receitas Financeiras	8.296	17.933	27.244	54.453
3.06.01.01	Receitas Financeiras	8.296	16.782	8.137	15.965
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	0	1.151	19.107	38.488
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.754	-4.607	-2.455	-4.983
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-2.265	-4.607	-2.455	-4.983
3.06.02.02	Variações Monetárias Líquidas	-7.489	0	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.467	6.161	15.956	31.872
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.599	-1.542	-596	-8.133
3.08.01	Corrente	-8.232	-8.590	-4.857	-5.178
3.08.02	Diferido	9.831	7.048	4.261	-2.955
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.868	4.619	15.360	23.739
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-2.868	4.619	15.360	23.739
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.868	4.619	15.360	23.739
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,07323	0,11791	0,39210	0,60600
3.99.01.02	PN	-0,08055	0,12970	0,43131	0,66660
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,07323	0,11791	0,39210	0,60600

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
3.99.02.02	PN	-0,08055	0,12970	0,43131	0,66660

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-2.868	4.619	15.360	23.739
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-2.868	4.619	15.360	23.739
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.868	4.619	15.360	23.739

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-15.538	-31.370
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.622	-7.119
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	4.619	23.739
6.01.01.02	Depreciação/amortização	2.393	2.578
6.01.01.03	Despesa de entidade de plano de previdência	6.996	2.151
6.01.01.04	Provisão riscos trabalhistas, cíveis e tributários	466	6.616
6.01.01.05	Tributos diferidos	-7.048	2.956
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.421	974
6.01.01.07	Juros sobre empréstimos	3.990	4.357
6.01.01.08	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-12.576	-50.565
6.01.01.09	Baixa de imobilizado	0	75
6.01.01.10	Ganho na alienação de bens e direitos	-2.883	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.916	-24.251
6.01.02.01	Revendedores e consumidores	13.013	-770
6.01.02.02	Tributos a recuperar	7.527	4.468
6.01.02.03	Estoques	41	54
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-168	-31
6.01.02.05	Outras contas a receber	-526	-1.085
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	-5.235	96
6.01.02.07	Contribuições para plano de previdência	-12.251	-15.242
6.01.02.08	Fornecedores	548	269
6.01.02.09	Folha de pagamento e obrigações sociais	-107	-830
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-10.575	-5.619
6.01.02.11	Pagamento contingências cíveis e trabalhistas	-1.480	-95
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-201	-1.769
6.01.02.13	Juros pagos com empréstimos	-3.502	-3.697
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	40.393	39.404
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-98	-140
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-943	-2.184
6.02.03	Aquisição de intangível	0	-133
6.02.04	Recebimento de arrendamento financeiro	37.000	41.026
6.02.05	Recebimento da venda de ativo imobilizado	4.434	835
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.336	-3.301
6.03.01	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-3.336	-3.301
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	21.519	4.733
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	80.279	50.145
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	101.798	54.878

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	86.345	0	-35.947	722.939	0	722.939
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	86.345	0	-35.947	722.939	0	722.939
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.619	0	4.619	0	4.619
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.619	0	4.619	0	4.619
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	86.345	4.619	-35.947	727.558	0	727.558

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707	0	760.707
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707	0	760.707
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.739	0	23.739	0	23.739
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.739	0	23.739	0	23.739
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	47.288	23.739	40.878	784.446	0	784.446

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
7.01	Receitas	114.214	110.536
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	111.209	105.646
7.01.02	Outras Receitas	3.041	1.011
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.385	4.853
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.421	-974
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-33.926	-54.640
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-33.926	-54.640
7.03	Valor Adicionado Bruto	80.288	55.896
7.04	Retenções	-2.393	-2.578
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.393	-2.578
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	77.895	53.318
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.782	15.965
7.06.02	Receitas Financeiras	16.782	15.965
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	94.677	69.283
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	94.677	69.283
7.08.01	Pessoal	53.389	40.733
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.684	35.751
7.08.01.02	Benefícios	6.996	2.151
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.709	2.831
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.785	37.907
7.08.02.01	Federais	27.660	33.243
7.08.02.03	Municipais	5.125	4.664
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.884	-33.096
7.08.03.01	Juros	4.607	4.983
7.08.03.02	Aluguéis	428	409
7.08.03.03	Outras	-1.151	-38.488
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-1.151	-38.488
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.619	23.739
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.619	23.739

## **Notas explicativas às informações trimestrais para o trimestre e o semestre findos em 30 de junho de 2017**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAЕ”, ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAЕ tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A EMAЕ opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas à UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

A EMAЕ, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória - MP 579, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as Companhias com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração - RAG e submetida aos padrões de qualidade do serviço estabelecidos pela ANEEL.

A Receita Anual de Geração foi calculada pela ANEEL através de fórmula definida no contrato de concessão, é reajustada anualmente e a cada 5 (cinco) anos é realizado o processo de revisão tarifária. Conforme a Subcláusula Primeira da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, a RAG é composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. De acordo com a Subcláusula Décima Segunda da mesma, os custos relativos à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH, serão cobrados pela ANEEL e serão ressarcidos pelas Distribuidoras na proporção das cotas.

Além disso, esse modelo estipula, também, que: os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE passam a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos será disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas; e encargos e tributos, pagos pela Companhia, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, PIS e COFINS passam a ser ressarcidas por meio da RAG e deixa de existir o recolhimento a título da reserva global de reversão.

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termoeletrica Piratininga (“UTE Piratininga”) em 27/04/2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”). O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa nº 1.218, de 22/01/2008. Esse contrato continha algumas condições suspensivas, as quais foram cumpridas em 21/05/2008, tornando o contrato efetivo a partir dessa data. Vide nota explicativa nº 5.

A EMAE foi autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de Companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

#### **Controlada Pirapora Energia S.A. (“Pirapora”)**

A Pirapora, subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e operar a PCH Pirapora. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24/06/2008, estabeleceu o prazo de vigência da autorização em 30 anos, contados a partir da data de publicação desta resolução. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada.

A construção da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, foi concluída em dezembro de 2014.

Em 19.12.2014, mediante Despacho nº 4.867/2014, a ANEEL liberou a operação em teste das duas unidades geradoras da PCH. A liberação para entrada em operação comercial ocorreu mediante os Despachos nºs 4.951/2014 de 30.12.2014, e 4.955/2014 de 31.12.2014, para as unidades 1 e 2, respectivamente.

Em 07 de janeiro de 2016, devido à ruptura de uma das pás do rotor hidráulico da unidade geradora - UG2, foi determinado pela área técnica, o desligamento emergencial da UG2.

Em 20 de janeiro de 2016, de forma preventiva a área técnica realizou inspeções e testes na UG1, constatando, também, a existência de problemas nas pás do rotor. Fato que tornou necessária a desmontagem da unidade para correção dos problemas.

Ambas as paralisações foram comunicadas tempestivamente a ANEEL, BNDES e ARSESP. Análises e laudos realizados indicaram que a recuperação definitiva das máquinas exige alterações de projeto e troca de todas as pás. O retorno em operação das máquinas está previsto para ocorrer nas seguintes datas:

<b>Atividade</b>	<b>Data prevista</b>	<b>Data realizada</b>
Retorno provisório de uma UG	20/11/2016	25/11/2016
Retorno definitivo UG01	08/2017	-
Retorno definitivo UG02 (*)	07/2017	07/2017-

(\*) UG02 encontra-se em fase de testes.

Em 9 de novembro de 2016, a ANEEL emitiu Ofício nº 565/2016-SFG/ANEEL para a Pirapora sobre a análise da condição de sua operação comercial, em virtude do fato que, em princípio, suas unidades geradoras não estariam disponíveis. A Administração da Pirapora protocolou suas justificativas e argumentos dentro do prazo estipulado no referido ofício. Em 21 de dezembro de 2016, a Pirapora recebeu Ofício nº 652/2016-SFG/ANEEL, no qual a ANEEL informa sua conclusão pela não suspensão da operação comercial da PCH Pirapora

A energia gerada pela Pirapora é comercializada através de contratos de venda de energia no ambiente regulado correspondentes a 16 MW médios. Em 01.01.2015 tiveram início os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) com 27 distribuidoras. Esses contratos são provenientes do Leilão 03/2010 (A-5) realizado em 30.07.2010. O período de fornecimento estipulado é de 30 anos, de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044. A cláusula 4.5 desses contratos prevê que caso a permissão termine antes do término do período de suprimento o sucessor da titularidade da permissão assumirá todas as obrigações e direitos desse contrato.

Entretanto, o artigo 7º, da Lei nº 12.111/2009, estabelece que o empreendimento de geração de energia elétrica, referido no parágrafo 7º- A do art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que vier a garantir em leilão o direito de firmar contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR terá prazo de autorização ou concessão prorrogado, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Dessa forma, é entendimento da Pirapora que essa Lei prorroga a autorização para coincidir com o término do contrato de comercialização firmado no ambiente regulado.

## **2 Apresentação das informações trimestrais**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - I

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi autorizada em Reunião de Diretoria realizada em 1º de agosto de 2017. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterar as demonstrações contábeis.

## **2.2 Moeda funcional**

Estas informações trimestrais individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos e valores estão apresentados em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas informações trimestrais individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época, e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores efetivamente realizados em períodos subsequentes podem divergir dessas estimativas, em função novos eventos ocorridos ou informações disponibilizadas após a data da elaboração das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as estimativas são recalculadas à medida que novos eventos ou informações estejam disponíveis. Os eventuais impactos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5** - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento
- **Nota explicativa 6** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- **Nota explicativa 7** - Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos
- **Nota explicativa 9** - Ativo financeiro indenizável
- **Nota explicativa 10** - Ativo reversível da concessão
- **Nota explicativa 12** - Imobilizado
- **Nota explicativa 14** - Entidade de previdência a empregados
- **Nota explicativa 15** - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários
- **Nota explicativa 22** - Instrumentos financeiros.

## **2.4 Informações trimestrais consolidadas**

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis adotadas são aplicadas de forma uniforme com as utilizadas pela controladora e consistente com as do exercício anterior.

## 2.5 Informações por segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia, coordenada pelo seu Diretor Presidente, realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada considerando um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não estão sendo apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são as mesmas que as apresentadas na Demonstração do Resultado.

## 2.6 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais completas de 31 de dezembro de 2016.

## 3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.17</u>	<u>31.12.16</u>	<u>30.06.17</u>	<u>31.12.16</u>
Caixa e bancos conta movimento.....	251	183	1.194	1.249
Aplicações financeiras (a).....	89.671	74.979	100.604	79.030
	<u>89.922</u>	<u>75.162</u>	<u>101.798</u>	<u>80.279</u>

- (a) A Companhia aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou, em média, 0,86% ao mês no semestre findo em 30 de junho de 2017 e 0,9030% ao mês no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## 4 Revendedores e consumidores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.17</u>	<u>31.12.16</u>	<u>30.06.17</u>	<u>31.12.16</u>
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	16.369	25.192	19.937	29.211
b) Fornecimento				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	<u>452</u>	<u>4.191</u>	<u>452</u>	<u>4.191</u>

Em 30 de junho de 2017 e de 31 de dezembro de 2016, o saldo do contas a receber de revendedores e consumidores era composto somente de valores vincendos e, portanto, a Companhia e sua controlada julgaram que não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber de revendedores e consumidores.

## 5 Arrendamento Ute Piratininga

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas anualmente pelo IGP-M a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato. O Arrendamento possui cláusula resolutiva caso não seja emitido novo ato autorizativo com a liquidação das obrigações pendentes.

A transferência de concessão para exploração da UTE Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. - BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

Com a transferência da concessão para a Baixada Santista Energia (“BSE”), coube a esta requerer, como de fato requereu, a renovação junto à ANEEL, em 5 de julho de 2012, a qual foi ratificada posteriormente, em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783, de 13 de janeiro de 2013. O prazo contratual da concessão encerrou-se em 07 de julho de 2015, mas não houve manifestação formal do Poder Concedente sobre o pedido de renovação. Aguarda-se, portanto, a manifestação do Poder Concedente sobre este requerimento, a qual até a data de aprovação destas informações trimestrais continuava em processo de análise.

O valor líquido contábil dos ativos relacionados ao Arrendamento seria de R\$ 83.604 em 30 de junho de 2017 (R\$ 86.464 em 31 de dezembro de 2016), caso tivessem sido mantidos no ativo imobilizado e depreciados até essa data. A Administração elaborou uma estimativa do valor dos ativos, no caso de não renovação da concessão, para determinar o possível montante a ser indenizado pelo Poder Concedente, conforme estabelece a cláusula décima primeira do contrato de concessão da UTE Piratininga. A Administração da Companhia entende que a estimativa do valor a ser indenizado, em caso de não renovação da concessão, se aproxima dos montantes a serem recebidos pelas parcelas do arrendamento financeiro com a BSE.

A operação de Arrendamento da UTE Piratininga, na data de seu início, foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximava do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

### **Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga**

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 30.06.17
	Saldo 31.12.16	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
<b>ATIVO</b>					
Circulante.....	85.141	19.572	11.465	(37.000)	79.178
Não Circulante.....	391.257	(19.572)	1.111	-	372.796
	<b>476.398</b>	<b>-</b>	<b>12.576</b>	<b>(37.000)</b>	<b>451.974</b>

## Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30.06.17</b>	<b>31.12.16</b>
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a) .....	(96.742)	(108.207)
Variação monetária.....	390.222	389.111
Recebimentos.....	(606.506)	(569.506)
	<b><u>451.974</u></b>	<b><u>476.398</u></b>

- (a) Refere-se a variação monetária aplicada sobre o saldo remanescente do contrato de arrendamento, a ser realizado no recebimento das parcelas futuras.

Valor presente das parcelas do não circulante a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Não circulante	
2018 .....	37.005
2019.....	69.213
2020.....	63.278
2021.....	57.851
2022.....	52.889
De 2023 até 2024.....	<u>92.560</u>
	<b><u>372.796</u></b>

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2017, foi deliberada a celebração de acordo entre a EMAE e a Baixada Santista Energia, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A., para revisão do modelo de negócio vigente com a EMAE relativo ao arrendamento da UTE Piratininga, aprovando os itens: a) Termo de Transação Extrajudicial (“Termo”) entre a EMAE e Petrobras, com o pagamento de indenização no valor de R\$ 180 milhões, em seis parcelas semestrais de R\$ 30 milhões, corrigidas anualmente pelo IGPM; b) Distrato do Contrato de Arrendamento celebrado entre a EMAE e Petrobras; c) Distrato do Contrato de Operação e Manutenção da UTE Piratininga; d) Contrato de Locação do terreno da Usina Termoelétrica Fernando Gasparian à Petrobras, por 14 (quatorze) anos, pelo aluguel de R\$ 1,5 milhão por semestre, corrigido pelo IPCA; e) Contrato de Industrialização por encomenda de vapor, por 60% (sessenta por cento) da receita, com teto de R\$ 104 milhões por ano para a EMAE. As deliberações acima atendem as condições de eficácia dos instrumentos neles referidos, restando agora, para efetivação da transação, o suprimento das condições operacionais e regulatórias, conforme o divulgado no Fato Relevante, as quais se caracterizam como suspensivas para a eficácia do objeto principal do Termo, quais sejam:

1. emissão de outorga de captação de água em nome da EMAE, em volume suficiente para a produção de vapor pela Petrobras;
2. assinatura de contrato de locação de terreno onde está localizada a UTE FEG, a ser firmado entre EMAE e Petrobras;
3. assinatura de contrato de industrialização por encomenda de vapor, a ser firmado entre EMAE e Petrobras;

4. prorrogação e transferência da Concessão para exploração da UTE Piratininga para a EMAE por um prazo mínimo de 3 (três) anos, contados a partir da assinatura da presente transação.

Em 30 de junho de 2017, em razão do vencimento do prazo de validade do Termo, sem que fossem implementadas as condições operacionais e regulatórias, as quais se caracterizavam como suspensivas para eficácia do Termo, e não cabendo mais prorrogação de prazo, ficou a Transação resolvida de pleno direito, não surtindo nenhum efeito e considerando-se como jamais celebrada. Portanto, com perda de eficácia do objeto do Termo, permanece em vigor o Contrato de Arrendamento da UTE Piratininga (“UTE”) para a Baixada Santista Energia

## 6 Outros créditos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.17</b>	<b>31.12.16</b>	<b>30.06.17</b>	<b>31.12.16</b>
<b>Circulante</b>				
Dividendos a receber de controlada (a).....	2.168	2.168	-	-
Energia livre (b).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (c).....	13.832	13.832	13.832	13.832
Serviços em curso (d).....	1.376	2.738	1.249	2.521
Remessa de bens para conserto .....	8.035	5.772	8.035	5.772
GSF Pirapora Energia S.A (e).....	-	-	928	928
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(21.304)	(19.882)	(21.304)	(19.882)
	<u>8.251</u>	<u>8.772</u>	<u>6.884</u>	<u>7.315</u>
<b>Não Circulante</b>				
GSF Pirapora energia (e).....	-	-	1.673	2.137
	<u>8.251</u>	<u>8.772</u>	<u>8.557</u>	<u>9.452</u>

- (a) Dividendos a receber de sua controlada com previsão de recebimento em novembro de 2017.
- (b) Valor de energia livre (RTE) a ser recebido de companhias de distribuição de energia, o qual em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE, em 15/09/2010, que, através de liminar obtida, teve suspensa sua cobrança. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE contabilizado e ainda não recebido;
- (c) Valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo,
- (d) Gastos incorridos pela EMAE na aplicação de recursos em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- (e) Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Pirapora Energia autorizou a Empresa a aderir à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015.

Por meio do Ofício “OF/A/023/2016” de 28 de janeiro de 2016, o pleito foi encaminhado para a ANEEL, optando pela repactuação do risco hidrológico pela classe de produto SP100.

Em 25 de janeiro de 2016, por meio do Despacho nº 189, a ANEEL anuiu o Termo de Repactuação nº 92/2016, que se tornou eficaz com a renúncia do direito de discutir o assunto em qualquer esfera judicial, arbitral ou administrativa.

A crise hídrica, de forma geral, afetou a produção das empresas geradoras. Para suprir os contratos regulados, a empresa adquiriu energia elétrica no mercado de curto prazo no valor de R\$ 4.163 e, com a repactuação esses custos foram convertidos em ativo regulatório e o montante foi elevado para R\$ 4.702.

O referido Ativo Regulatório, até seu exaurimento, será utilizado no pagamento do prêmio correspondente ao produto SP100, na ordem de R\$ 1.331/ano.

## 7 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

### 7.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	30.06.17	30.06.16	30.06.17	30.06.16	30.06.17	30.06.16	30.06.17	30.06.16
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	5.445	31.219	6.161	31.872	5.445	31.219	6.161	31.872
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(1.361)	(7.805)	(1.540)	(7.968)	(490)	(2.810)	(554)	(2.868)
<b>a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes</b>								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(1.107)	(2.534)	(1.107)	(2.534)	(399)	(912)	(399)	(912)
Arrendamento UTP.....	(1.289)	3.288	(1.289)	3.288	(464)	1.184	(464)	1.184
Outros.....	1.853	3.470	1.853	3.470	667	1.249	667	1.249
<b>b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão</b>								
Provisões diversas.....	(1.344)	(1.134)	(1.344)	(1.134)	(484)	(674)	(484)	(674)
Outros (PAT, incentivos).....	152	-	(149)	-	-	-	(172)	-
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.....	2.529	(761)	2.529	(1.035)	911	(41)	911	(199)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....</b>	<b>(567)</b>	<b>(5.476)</b>	<b>(1.047)</b>	<b>(5.913)</b>	<b>(259)</b>	<b>(2.004)</b>	<b>(495)</b>	<b>(2.220)</b>
Corrente.....	(5.749)	(3.303)	(6.229)	(3.740)	(2.125)	(1.222)	(2.361)	(1.438)
Diferido.....	5.182	(2.173)	5.182	(2.173)	1.866	(782)	1.866	(782)
Alíquota efetiva.....	10%	18%	17%	19%	5%	6%	8%	7%

### 7.2 Composição dos saldos - Parte B do LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	30.06.17	31.12.16	30.06.17	31.12.16
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	16.946	15.602	-	-
Prejuízos fiscais (b).....	51.136	53.665	-	-
Obrigações fiscais diferidas arrendamento (c).....	-	-	93.805	99.196
Obrigações fiscais diferidas RAG (d).....	-	-	-	2.013
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	-	-	(13.616)	(13.616)
<b>Contribuição Social</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	6.101	5.617	-	-
Prejuízos fiscais (b).....	13.088	13.999	-	-
Obrigações fiscais diferidas arrendamento (c).....	-	-	33.770	35.710
Obrigações fiscais diferidas RAG (d).....	-	-	-	724
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	-	-	(4.902)	(4.902)
	87.271	88.883	109.057	119.125
Provisão para créditos tributários (f).....	(87.271)	(88.883)	(38.273)	(41.293)
	-	-	70.784	77.832

- (a) Referem-se a créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis;
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013;

- (c) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 5), em razão da receita ser oferecida a tributação somente pela sua realização;
- (d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ajuste da RAG.
- (e) Refere-se à passivo fiscal diferido sobre a Reserva de Outros Resultados Abrangentes (Ajuste da Avaliação Atuarial);
- (f) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c). A Companhia registrou um total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitado a 30% do passivo fiscal diferido. Em 30 de junho de 2017 os montantes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social totalizam R\$ 204.542 (R\$ 214.660 em 31 de dezembro 2016) e R\$ 145.421 (R\$ 155.539 em 31 de dezembro 2016), respectivamente.

## 8 Cauções e depósitos vinculados

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.17</u>	<u>31.12.16</u>	<u>30.06.17</u>	<u>31.12.16</u>
<b>Circulante</b>				
Depósitos vinculados (a).....	14.236	10.372	17.739	10.372
<b>Não circulante</b>				
Depósitos judiciais (b).....	12.692	12.326	12.692	15.806
	<u>26.928</u>	<u>22.698</u>	<u>30.431</u>	<u>26.178</u>

- (a) R\$ 2 referente a limpeza da calha do Rio Pinheiros (R\$ 125 em 31 de dezembro de 2016); R\$ 4.367 (R\$ 783 em 31 de dezembro de 2016) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido; e R\$ 9.867 (R\$ 9.464 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a depósitos restritos.
- (b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas da Companhia e sua controlada. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja o registro, ou ainda, a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas a esses depósitos judiciais;

## 9 Ativo financeiro indenizável

Nesta conta estão classificados os investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31/12/2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei 12.783, os quais serão recuperados por meio da RAG nos processos de revisão e reajuste tarifário. Esses valores estão registrados a custo histórico em razão de não haver regulamentação sobre eventual atualização monetária.

A Administração da Companhia informa que os investimentos feitos após a renovação contratual são de caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL para serem incluídos na base de remuneração.

A Companhia classificou o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”, portanto mensurando esse ativo ao custo amortizado. Em virtude da característica desse ativo, em cada processo de reajuste ou revisão tarifária novas tarifas são homologadas pela ANEEL, ocasionando modificações no fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável. Essas modificações poderão gerar eventuais ganhos ou perdas no valor do custo amortizado do ativo, os quais serão ajustados no resultado.

A seguir, demonstramos a movimentação do ativo financeiro indenizável:

	<b>Controladora e Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016....</b>	46.386
Adições (a).....	1.288
Baixas (b).....	(187)
<b>Saldo em 30 de junho de 2017.....</b>	<b>47.487</b>

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30.06.2017</b>	<b>31.12.2016</b>
<b>Circulante.....</b>	373	-
<b>Não Circulante.....</b>	47.114	46.386
	47.487	46.386

- (a) As adições do período referem-se aos investimentos realizados nas usinas para a manutenção e operação da mesmas que serão indenizadas pela ANEEL, durante os próximos reajuste da RAG.
- (b) QRR - Quota de reintegração regulatória - Corresponde a uma parcela do ressarcimento do investimento realizado pelo concessionário que é calculado pela ANEEL, e divulgado no evento do reajuste tarifário.

Do montante total do Ativo financeiro indenizável, a Companhia submeteu aproximadamente R\$ 27.000 para análise inicial da ANEEL, dos quais aproximadamente R\$ 6.000 foram reconhecidos na RAG 2015/2016 e o restante foram reconhecidos na RAG 2016/2017. O montante de R\$ 20.487 será submetido para a ANEEL à medida que as obras de infraestrutura correspondentes forem concluídas.

## **10 Ativo reversível da concessão**

Refere-se aos ativos reversíveis identificados pela Administração da Companhia. Nos termos do art. 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, após a fiscalização e a definição dos valores com base na VNR pela ANEEL esses ativos reversíveis serão indenizados pelo Poder Concedente.

“Art. 2º - Deverão ser submetidas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL até 31 de dezembro de 2013, na forma definida pela Agência, as informações complementares, excetuando o projeto básico do empreendimento previsto no art. 10 do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, necessárias para o cálculo da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou não depreciados, dos empreendimentos de geração.

§ 1º A ANEEL fiscalizará os valores de que trata este artigo, com vistas, a critério do poder concedente, à indenização ou ao seu reconhecimento na base tarifária, neste caso incorporados quando dos processos tarifários”.

Os ativos reversíveis registrados nessa conta não incluem os ativos relacionados com os projetos básicos, os quais foram indenizados em dezembro de 2012.

Em atendimento ao requerido no referido Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL, em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012, visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima.

Essa manifestação foi feita em conformidade com o art. 4º da Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013, conforme descrito abaixo:

“Art. 4º As concessionárias alcançadas por esta resolução deverão, até 31 de dezembro de 2013, manifestar interesse no recebimento do valor complementar relativo à parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, e não indenizados.

§ 1º A concessionária que manifestar interesse, nos termos do caput, deverá, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do protocolo da manifestação, comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis de que trata o art. 3º desta resolução.”

A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL, em 4 de junho de 2014, a relação dos investimentos realizados em ativos reversíveis a serem indenizados, e a correspondente documentação comprobatória. O valor líquido contábil dos ativos reversíveis monta R\$ 275.273. Os bens reversíveis conforme acima apurados pela administração são conforme segue:

	<b>30.06.2017</b>
Complexo UHE Henry Borden	203.659
Usina Porto Góes	7.299
Usina Rasgão	6.255
Usina Edgar de Souza	56.006
Usina Isabel	2.054
	<b>275.273</b>

A Administração da Companhia informa que até 30/06/2017 não houve manifestação da ANEEL no tocante ao pleito de indenização efetuado. A Administração da Companhia elaborou um estudo de forma preliminar para determinar o valor novo de reposição desses ativos e identificou um valor superior ao valor do custo contábil, adicionalmente esses ativos não vêm sendo depreciados desde 31 de dezembro de 2012. Todavia, quando da homologação dos valores, a ANEEL poderá apresentar valor de indenização diferente daquele pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e, caso aplicável, realizará os ajustes de perdas ou ganhos que se fizerem necessários.

## 11 Investimento

	Controladora		Consolidado	
	30.06.17	31.12.16	30.06.17	31.12.16
Pirapora Energia S.A.....	86.395	79.557	-	-
Outros.....	1.390	1.390	1.390	1.390
Total.....	87.785	80.947	1.390	1.390

	<b>30.06.17</b>	<b>31.12.16</b>
Ativo.....	178.356	174.515
Passivo.....	91.961	94.958
Patrimônio Líquido.....	86.395	79.557
	<b>30.06.17</b>	<b>30.06.16</b>
Lucro do Período.....	6.839	3.173

## 12 Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está representada por:

	<b>Saldo em</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferência Ativo financeiro</b>	<b>Depreciação do período</b>	<b>Saldo em</b>
<b>Controladora</b>	<b>31.12.16</b>			<b>financeiro</b>	<b>período</b>	<b>30.06.17</b>
Em serviço						
Terrenos.....	6.712	-	(1)	-	-	6.711
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	1.080	-	(858)	-	(37)	185
Máquinas e Equipamentos.....	1.340	-	(931)	-	(161)	248
Veículos.....	135	-	-	-	-	135
Móveis e Utensílios.....	71	4	-	14	(3)	86
<b>Subtotal.....</b>	<b>9.338</b>	<b>4</b>	<b>(1.790)</b>	<b>14</b>	<b>(201)</b>	<b>7.365</b>
Em curso.....	455	31	-	-	-	486
Adiantamento a fornecedores.....	1.001	193	-	(97)	-	1.097
<b>Total Controladora.....</b>	<b>10.794</b>	<b>228</b>	<b>(1.790)</b>	<b>(83) (*)</b>	<b>(201)</b>	<b>8.948</b>

\* Valor transferido para o Ativo Financeiro Indenizável

	<b>Saldo em</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferência Ativo financeiro</b>	<b>Depreciação do período</b>	<b>Saldo em</b>
<b>Consolidado</b>	<b>31.12.16</b>			<b>financeiro</b>	<b>período</b>	<b>30.06.17</b>
Em serviço						
Terrenos.....	6.712	-	(1)	-	-	6.711
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	48.725	-	-	-	(512)	48.213
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	48.806	-	(858)	-	(508)	47.440
Máquinas e Equipamentos.....	63.554	63	(931)	-	(1.144)	61.542
Veículos.....	135	-	-	-	-	135
Móveis e Utensílios.....	73	4	-	14	(3)	88
<b>Subtotal.....</b>	<b>168.005</b>	<b>67</b>	<b>(1.790)</b>	<b>14</b>	<b>(2.167)</b>	<b>164.129</b>
Em curso.....	455	31	-	(97)	-	389
Adiantamento a fornecedores.....	1.001	193	-	-	-	1.194
<b>Total consolidado.....</b>	<b>169.461</b>	<b>291</b>	<b>(1.790)</b>	<b>(83) (*)</b>	<b>(2.167)</b>	<b>165.712</b>

\* Valor transferido para o Ativo Financeiro Indenizável

### 13 Empréstimos e financiamentos

Em 8 de março de 2012 a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais e consecutivas, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a. Tal valor representou aproximadamente 60% do valor do investimento relativo à construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). O vencimento final do contrato ocorrerá em 15/09/2030.

Em 30 de junho de 2017, o valor total atualizado do financiamento era de R\$ 88.877, sendo R\$ 7.974 classificados como passivo circulante e R\$ 80.903 como passivo não circulante (R\$ 6.671 e R\$ 85.054, respectivamente em 31 de dezembro de 2016).

O contrato contém cláusulas restritivas com limites qualitativos e quantitativos. Até 30 de junho de 2017, a Companhia atendeu plenamente aos termos das cláusulas restritivas com limites qualitativos.

Os limites quantitativos das cláusulas restritivas são calculados anualmente, conforme previsto no contrato de financiamento da controlada Pirapora Energia S.A., e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram atendidas plenamente.

	Consolidado				30.06.17
	31.12.16			30.06.17	
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros	Saldo
<b>Circulante e Não Circulante</b>					
Financiamento BNDES.....	91.725	3.990	(3.336)	(3.502)	88.877

### 14 Entidade de previdência a empregados

#### 14.1 Planos de benefícios

A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

	Controladora e Consolidado			
	31.12.16	30.06.17		30.06.17
		Amortização	Despesa	ORA
Entidade de previdência a empregados.....	109.698	(12.250)	6.995	-
				104.443

Detalhes adicionais do plano de benefício estão descritos na nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2016.

#### 14.2 Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a fundação cesp

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumento jurídico formalizado em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar (contrato de Ajustes de Reservas Matemáticas), que possui cláusula variável, para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997,

relativo ao “Benefício Suplementar Proporcional Saldado” - BSPS. Esse contrato prevê a amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997, com atualização pela variação do IGP-DI e acrescido de juros de 6% a.a. Em 22 de junho de 2016 foi assinado um aditivo prorrogando o vencimento do contrato para março de 2020.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantia para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

Em 30 de junho de 2017, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o do passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19, é decorrente da diferença entre as metodologias e premissas utilizadas pela EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

		<b>Controladora e Consolidado</b>			
		<b>30.06.17</b>		<b>31.12.16</b>	
<b>Credor</b>	<b>Objeto</b>	Circulante	Não circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, BD e CV.....	29.700	11.629	41.329	44.988
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	63.114	63.114	64.710
		<u>29.700</u>	<u>74.743</u>	<u>104.443</u>	<u>109.698</u>

## 15 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

### 15.1 Processos com probabilidade de perda provável

	<b>Controladora e Consolidado</b>				
	<b>31.12.16</b>	<b>30.06.17</b>			
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	Saldo
<b>Não circulante</b>					
<b>Trabalhistas</b>					
Periculosidade.....	9.409	439	-	-	9.848
Diversas.....	16.954	1.666	(2.575)	(1.480)	14.565
	<u>26.363</u>	<u>2.105</u>	<u>(2.575)</u>	<u>(1.480)</u>	<u>24.413</u>
<b>Cíveis.....</b>	25.102	1.093	-	-	26.195
<b>Tributárias.....</b>	15	2	-	-	17
<b>Administrativo.....</b>	159	-	(159)	-	-
	<u>51.639</u>	<u>3.200</u>	<u>(2.734)</u>	<u>(1.480)</u>	<u>50.625</u>

### **Periculosidade**

Trata-se de ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, pleiteando a condenação da Companhia ao pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos seus quadros. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados e o processo se encontra pendente de julgamento de recurso de Agravo de Instrumento pelo Tribunal Superior do Trabalho. A referida ação foi classificada com probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia.

### **Diversas**

Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões. Deste conjunto de processos, houve, em 2017, em pequena parcela, reformas de sentenças pelos Tribunais superiores, resultando na alteração da probabilidade de êxito, e, conseqüente, majoração do saldo de provisionamento. A Companhia encontra-se em fase de negociação com objetivo de extinguir estes processos.

### **Cíveis**

Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo o mais relevante descrito a seguir:

Trata-se de processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., a qual pleiteia o direito de não optar pelo chamado “alívio de exposição” relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor. Em 09 de abril de 2014, foi publicado acórdão dando provimento ao recurso de apelação da AES Sul, ao qual foram opostos pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável sendo o total da causa, em 30 de junho de 2017, de R\$ 22.237 (R\$ 21.308 em 31 de dezembro de 2016).

## **15.2 Processos com probabilidade de perda possível**

Em 30 de junho de 2017, os processos nas suas diferentes espécies, avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro de perda possível, estão demonstrados a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	30.06.17	31.12.16
Administrativo.....	892	849
Ambiental .....	74.070	70.759
Cível.....	22.374	21.794
Trabalhista.....	16.662	15.665
Tributária.....	885	729
	<u>114.883</u>	<u>109.796</u>

### ***Ambiental***

Obrigação judicial de remoção do lodo da flotação em processo movido pelo Ministério Público. Não houve variação relevante em relação   posição de 31.12.16.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 30 de junho de 2017, sendo o total da causa de R\$ 74.014 (R\$ 70.705 em 31 de dezembro de 2016).

### ***Cível***

O processo mais relevante refere-se a a o originada pela Funda o CESP - na qual trata de a o visando a condena o da Companhia no pagamento do déficit técnico do quadro de empregados. A autora encontra-se em vantagem, uma vez que o tribunal julgou procedente o pleito exordial, porém o processo encontra-se em fase de recursos.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 30 de junho de 2017, sendo o total da causa de R\$ 14.646 (R\$ 14.198 em 31 de dezembro de 2016).

### ***Trabalhista***

Se caracterizam por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex- empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

## **16 Transa es com partes relacionadas**

A Companhia participa de transa es com partes relacionadas, das quais destacamos:

### **16.1 Compartilhamento das instala es das Sedes Administrativas EMAE/CESP**

Em 30 de junho de 2017 a Companhia possui um saldo a receber R\$ 861 (R\$ 418 em 31 de dezembro de 2016) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

### **16.2 Capta es de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings**

A Companhia   sucessora da Light, empresa responsável pela constru o do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Guarapiranga e Billings, ambos construídos com a finalidade de regulariza o de vazões para a gera o de energia elétrica. A capta o de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928 e 1944, respectivamente, e, em 1958 foi celebrado um Termo de Acordo entre Light e o então Departamento de águas e Esgotos de São Paulo, antecessora da SABESP, elevando a vazão captada e prevendo as formas de compensa o   companhia de energia pela perda energética e a submissão de eventuais divergências entre as partes   arbitragem. Posteriormente, por outros instrumentos legais, as vazões captadas foram sendo sucessivamente aumentadas, sempre condicionadas, porém,   devida compensa o financeira.

A Companhia ao longo dos últimos anos vem tentando estabelecer um acordo administrativo junto   Sabesp para o ressarcimento de parte do custo de opera o e manuten o dos reservatórios, assim como da perda na produ o de energia elétrica na Usina de Henry Borden, da ordem de 101 MW médios, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Com a frustração das tentativas administrativas de solução amigável, a Companhia propôs medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição em face da SABESP e do DAEE, referente à compensação financeira pela captação de água, e medida semelhante em face da SABESP e do Estado de São Paulo, no que se refere à interrupção do bombeamento. Em seguida, em 14/11/2012, a Companhia propôs a ação de instituição de compromisso arbitral, com fundamento em Termo de Acordo celebrado com o ente antecessor da SABESP, para tratar da compensação relacionada às captações realizadas no Reservatório Guarapiranga e, em 28/02/2013, foi publicada sentença julgando procedente o pedido da Companhia e determinando providências para o imediato início da arbitragem. Em 30/04/2013, a Companhia apresentou requerimento de instituição de arbitragem junto ao Centro de Arbitragem AMCHAM (“Procedimento Arbitral”).

Em 04/09/2013, a Companhia protocolizou a petição inicial da ação judicial visando à compensação das perdas financeiras relacionadas às retiradas de água pela SABESP do reservatório Billings (“Ação Billings”). Em 07/10/2013, foi publicada decisão em que o Juízo da 6ª Vara Cível do Foro Central determinou a remessa dos autos da Ação Billings para a 5ª Vara Cível daquele mesmo foro, por entender haver identidade de partes e causa de pedir com o processo nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível daquele mesmo Foro, onde o processo se encontra atualmente.

Desde 2014, conforme comunicado ao mercado emitido em 10 de abril daquele ano, a Companhia vem negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitam na esfera judicial e arbitral. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças (“Instrumento”) para o encerramento de todos os seguintes litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

1. Ação de Instituição de Compromisso Arbitral nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, ora em fase de apelação (Ação de Instituição da Arbitragem);
2. Procedimento Arbitral nº 069/2013, em trâmite perante o Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio para o Brasil - São Paulo - Amcham, (Procedimento Arbitral);
3. Ação Ordinária nº 1064876-84.2013.8.26.0100, em trâmite perante a 6ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo - Capital (Ação Billings); e
4. Ação Cautelar de Exibição de Documentos nº 019598-24.2013.8.26.0053, proposta pela SABESP contra a EMAE perante a 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo (Exibição de Documentos)

Esse Instrumento determina o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130 distribuídos da seguinte forma: a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254, corrigidas monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais sucessivas de R\$ 6.610, corrigidos monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo.

A Cláusula Segunda do Instrumento estabelece como condições suspensivas para sua eficácia (i) a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), nos termos da legislação vigente, que foi aprovada pela ANEEL no dia 30 de dezembro de 2016 por meio do despacho 3.431, (ii) a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, (iii) a deliberação da Assembleia Geral da EMAE e a (iv) aprovação dos órgãos societários competentes da Sabesp. Essas condições suspensivas tem prazo de 1 ano para sua implementação, a contar da data de assinatura do Instrumento em 28 de outubro de 2016.

Em 9 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transação com a Sabesp.

Em 10 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da Sabesp aprovou a transação com a EMAE.

Por meio do Despacho nº 3.4.31, de 30 de dezembro de 2016, a ANEEL , decidiu anuir ao Instrumento Particular de Transação e outras Avenças .

Cabe destacar que para eficácia do acordo, a transação será submetida à deliberação da Assembleia Geral da Companhia. Em 13 de junho de 2017, foi convocada a Assembleia Geral a se realizar em 6 de julho de 2017 para deliberar sobre esse acordo.

A AGE do dia 06/07/2017 dentre outros assuntos teve em sua pauta a "Proposta de Acordo com a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP para o encerramento dos seguintes litígios da Ação de Instituição de Compromisso Arbitral nº 0064069-18.2012.8.26.0100, do Procedimento Arbitral nº 069/2013; da Ação Ordinária nº 064879-84.2013.8.26.0100 e da Ação Cautelar de exibição de Documentos nº 0019598-24.2013.8.26.0053 todos relativos à retirada de água dos reservatórios Billings e Guarapiranga. Foi acolhido o pedido da acionista Secretaria da Fazenda para suspender esse item da pauta, por arguir que em face do Ofício nº 076/2017/CVM/SEP/GEA-3, que versa sobre o impedimento de que o Estado de São Paulo e a Companhia do Metropolitano de São Paulo estão impedidos de votar nos termos do artigo 115, & 1º, da Lei nº 6.404/76 e que aguarda decisão do recurso interposto ao Colegiado da CVM.

A Companhia entrou com recurso e está esperando a CVM julgar o mesmo e não há previsão para a data do julgamento. A data limite para que as condições sejam cumpridas é de 28 de outubro de 2017, senão o acordo será considerado cancelado.

O registro dos valores a receber decorrentes dessa transação somente será realizado por ocasião do atendimento de todas as condições suspensivas e consequente efetivação do Instrumento, à luz das disposições contidas no CPC 23 *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*. Caso qualquer das Condições Suspensivas não se implemente no prazo acima mencionado, a Transação resolver-se-á de pleno direito, não surtindo nenhum efeito e considerando-se como jamais celebrada. A não implementação de qualquer uma das condições suspensivas permite que seja requerido o prosseguimento dos Litígios isoladamente por qualquer das Partes, após notificação prévia da outra Parte.

### **16.3 Prestação de Serviço EMAE para PIRAPORA**

A Companhia no ano de 2016 iniciou a prestação de serviço de operação e manutenção para a Pirapora referente à PCH Pirapora. O prazo para prestação dos serviços é de 4 anos, contados a partir da autorização de início expedida pela Pirapora Energia S.A., podendo ser prorrogado, a critério das partes. No semestre findo em 30 de junho de 2017 a Companhia reconheceu em seu resultado uma receita de prestação de serviço no valor de R\$ 851 (R\$ 1.293 em 30 de junho de 2016).

### **16.4 Serviços canal Pinheiros**

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional. Esses gastos são ativados em conta específica do balanço patrimonial e anualmente a Companhia presta contas desses valores para o Governo do Estado de São Paulo. O reembolso por parte do Estado é realizado mensalmente e a Companhia registra esses valores como obrigações no grupo de Depósitos Vinculados. Quando ocorre a prestação de contas e a aprovação dos gastos, a Companhia realiza a compensação dos ativos e passivos. Em 30 de junho de 2017, o saldo a receber é de R\$ 2.756 (R\$ 1.774 em 31 de dezembro de 2016).

### **16.5 Cessão de Empregados**

Refere-se a cessão de empregados, mediante ressarcimento da Secretaria de Energia e Mineração, Gestão Pública, Saneamento, Justiça, Casa Civil e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 30 de junho de 2017, o saldo a receber é de R\$ 13.832 (R\$ 13.832 em 31 de dezembro de 2016).

## **17 Patrimônio líquido**

### **17.1 Capital Social**

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 (um bilhão, cento e dezesseis milhões e cinquenta mil reais) mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus a: a) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; b) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; c) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e d) direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações

Os principais acionistas em 30 de junho de 2017 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
<b>Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:</b>						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ (Custodiada na BM&F BOVESPA)...	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A.						
ELETOBRÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Álvaro Luiz A. de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.265.633	10,19	2.265.633	6,13
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETOPAR - ELETOBRÁS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	547.200	2,46	547.200	1,48
Outros.....	-	-	2.748.262	12,35	2.748.262	7,44
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 não houve emissão ou agrupamento de ações.

## 17.2 Lucro (prejuízo) por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado			
	Acumulado		2º Trimestre	
	30.06.17	30.06.16	30.06.17	30.06.16
<b>Lucro (prejuízo) do período .....</b>	<b>R\$ 4.619</b>	<b>R\$ 23.739</b>	<b>R\$ (2.868)</b>	<b>R\$ 15.360</b>
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714	22.241.714	22.241.714
<b>Total.....</b>	<b><u>36.947.084</u></b>	<b><u>36.947.084</u></b>	<b><u>36.947.084</u></b>	<b><u>36.947.084</u></b>
<b>Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído</b>				
Ação Ordinária.....	R\$ 0,11791	R\$ 0,60600	R\$ (0,07323)	R\$ 0,39210
Ação Preferencial.....	R\$ 0,12970	R\$ 0,66660	R\$ (0,08055)	R\$ 0,43131

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

## 18 Receita operacional líquida

### 18.1 Conciliação da receita operacional líquida

TRIMESTRE	Controladora		Consolidado	
	2º Trimestre 2017	2º Trimestre 2016	2º Trimestre 2017	2º Trimestre 2016
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>				
Fornecimento de energia.....	1.369	2.842	1.369	2.842
Cotas de energia elétrica .....	41.905	38.910	41.905	38.910
Suprimento de energia - leilão.....	-	-	8.039	7.454
Suprimento de energia - comercializadores.....	1.349	-	1.349	-
Energia de curto prazo - CCEE.....	598	74	900	115
Renda da prestação de serviços.....	1.723	3.111	1.342	2.754
Outras receitas.....	461	131	461	131
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	632	3.497	632	3.497
	<u>48.037</u>	<u>48.565</u>	<u>55.997</u>	<u>55.703</u>
<b>DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL</b>				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(7.248)	(6.600)	(7.499)	(6.825)
PIS sobre receitas operacionais.....	(1.569)	(1.429)	(1.623)	(1.478)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(87)	(114)	(87)	(114)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(433)	(362)	(433)	(362)
	<u>(9.337)</u>	<u>(8.505)</u>	<u>(9.642)</u>	<u>(8.779)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....</b>	<b><u>38.700</u></b>	<b><u>40.060</u></b>	<b><u>46.355</u></b>	<b><u>46.924</u></b>
SEMESTRE	Controladora		Consolidado	
	30.06.17	30.06.16	30.06.17	30.06.16
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>				
Fornecimento de energia.....	2.724	5.944	2.724	5.944
Cotas de energia elétrica .....	84.786	79.050	84.786	79.050
Suprimento de energia - leilão.....	-	-	16.094	14.982
Suprimento de energia - comercializadores.....	2.214	-	2.214	-
Energia de curto prazo - CCEE.....	800	192	1.151	233
Renda da prestação de serviços.....	4.169	6.479	3.318	5.186
Outras receitas.....	922	251	922	251
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	1.288	4.434	1.288	4.434
	<u>96.903</u>	<u>96.350</u>	<u>112.497</u>	<u>110.080</u>
<b>DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL</b>				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(11.342)	(10.216)	(11.836)	(10.667)
PIS sobre receitas operacionais.....	(2.453)	(2.211)	(2.560)	(2.309)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(205)	(211)	(205)	(211)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(859)	(716)	(859)	(716)
	<u>(14.859)</u>	<u>(13.354)</u>	<u>(15.460)</u>	<u>(13.903)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....</b>	<b><u>82.044</u></b>	<b><u>82.996</u></b>	<b><u>97.037</u></b>	<b><u>96.177</u></b>

## 18.2 Energia Elétrica Vendida

TRIMESTRE	Controladora				Consolidado			
	MWh		R\$ mil		MWh		R\$ mil	
	2º Trimestre 2017	2º Trimestre 2016						
<b>Fornecimento (a)</b>								
Fornec. de energia para consumidores livres.....	6.552	12.956	1.369	2.842	6.552	12.956	1.369	2.842
<b>Cotas de Garantia Física</b>								
Cotas de energia elétrica.....	303.625	304.443	41.905	38.910	303.625	304.443	41.905	38.910
<b>Suprimento</b>								
Leilão.....	-	-	-	-	34.131	34.002	8.039	7.454
Comercializadores.....	8.736	-	1.349	-	8.736	-	1.349	-
<b>Câmara de Comerc. de E. Elétrica - CCEE (b)</b>								
Energia de curto prazo.....	-	-	598	74	-	-	900	115
<b>Total.....</b>	<b>318.913</b>	<b>317.399</b>	<b>45.221</b>	<b>41.826</b>	<b>353.044</b>	<b>351.401</b>	<b>53.562</b>	<b>49.321</b>

SEMESTRE	Controladora				Consolidado			
	MWh		R\$ mil		MWh		R\$ mil	
	30.06.17	30.06.16	30.06.17	30.06.16	30.06.17	30.06.16	30.06.17	30.06.16
<b>Fornecimento (a)</b>								
Fornec. de energia para consumidores livres.....	13.035	25.688	2.724	5.944	13.035	25.688	2.724	5.944
<b>Cotas de Garantia Física</b>								
Cotas de energia elétrica.....	624.755	624.238	84.786	79.050	624.755	624.238	84.786	79.050
<b>Suprimento</b>								
Leilão.....	-	-	-	-	68.835	69.371	16.094	14.982
Comercializadores.....	17.380	-	2.214	-	17.380	-	2.214	-
<b>Câmara de Comerc. de E. Elétrica - CCEE (b)</b>								
Energia de curto prazo.....	-	-	800	192	-	-	1.151	233
<b>Total.....</b>	<b>655.170</b>	<b>649.926</b>	<b>90.524</b>	<b>85.186</b>	<b>724.005</b>	<b>719.297</b>	<b>106.969</b>	<b>100.209</b>

- (a) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste;
- (b) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

## 18.3 Renda de Prestação de Serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

TRIMESTRE	Controladora		Consolidado	
	2º Trimestre 2017	2º Trimestre 2016	2º Trimestre 2017	2º Trimestre 2016
	Petrobras (UTE's).....	-	1.724	-
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	937	1.030	937	1.030
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA (Nota 16.3).....	381	357	-	-
Subestação Henry Borden.....	405	-	405	-
	<b>1.723</b>	<b>3.111</b>	<b>1.342</b>	<b>2.754</b>

SEMESTRE	Controladora		Consolidado	
	30.06.17	30.06.16	30.06.17	30.06.16
	Petrobras (UTE's).....	1.286	3.676	1.286
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	1.627	1.510	1.627	1.510
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA (Nota 16.3).....	851	1.293	-	-
Subestação Henry Borden.....	405	-	405	-
	<b>4.169</b>	<b>6.479</b>	<b>3.318</b>	<b>5.186</b>

## 19 Custos de operação e despesas operacionais por natureza

### 19.1 Para os trimestres findos em 30 de Junho

CONTROLADORA	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	2º trimestre	2º trimestre	2º trimestre	2º trimestre	2º trimestre	2º trimestre
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Energia elétrica comprada para revenda.....	(2.130)	(2.009)	-	-	(2.130)	(2.009)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.062)	(1.127)	-	-	(1.062)	(1.127)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(1.289)	(1.151)	-	-	(1.289)	(1.151)
Pessoal.....	(27.698)	(23.247)	-	-	(27.698)	(23.247)
Material.....	(786)	(851)	-	-	(786)	(851)
Serviço de terceiros.....	(9.604)	(13.547)	-	-	(9.604)	(13.547)
Depreciação e amortização.....	(320)	(434)	-	-	(320)	(434)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(857)	(3.956)	-	-	(857)	(3.956)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(632)	(3.497)	-	-	(632)	(3.497)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	2.880	1.008	2.880	1.008
Previdência Privada.....	(3.497)	(1.075)	-	-	(3.497)	(1.075)
Outras.....	(2.483)	(2.734)	-	-	(2.483)	(2.734)
<b>Total.....</b>	<b>(50.358)</b>	<b>(53.628)</b>	<b>2.880</b>	<b>1.008</b>	<b>(47.478)</b>	<b>(52.620)</b>

CONSOLIDADO	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	2º trimestre 2017	2º trimestre 2016	2º trimestre 2017	2º trimestre 2016	2º trimestre 2017	2º trimestre 2016
Energia elétrica comprada para revenda.....	(2.362)	(3.554)	-	-	(2.362)	(3.554)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.134)	(1.243)	-	-	(1.134)	(1.243)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(1.289)	(1.151)	-	-	(1.289)	(1.151)
Pessoal.....	(27.698)	(23.247)	-	-	(27.698)	(23.247)
Material.....	(801)	(854)	-	-	(801)	(854)
Serviço de terceiros.....	(10.092)	(13.770)	-	-	(10.092)	(13.770)
Depreciação e amortização.....	(1.303)	(1.419)	-	-	(1.303)	(1.419)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(857)	(3.956)	-	-	(857)	(3.956)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(632)	(3.497)	-	-	(632)	(3.497)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	2.880	1.008	2.880	1.008
Previdência Privada.....	(3.497)	(1.075)	-	-	(3.497)	(1.075)
Outras.....	(2.579)	(2.999)	-	-	(2.579)	(2.999)
<b>Total.....</b>	<b>(52.244)</b>	<b>(56.765)</b>	<b>2.880</b>	<b>1.008</b>	<b>(49.364)</b>	<b>(55.757)</b>

**19.2 Para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho**

CONTROLADORA	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	30.06.17	30.06.16	30.06.17	30.06.16	30.06.17	30.06.16
	Energia elétrica comprada para revenda.....	(4.238)	(4.107)	-	-	(4.238)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2.128)	(2.266)	-	-	(2.128)	(2.266)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(3.335)	(4.591)	-	-	(3.335)	(4.591)
Pessoal.....	(53.575)	(45.114)	-	-	(53.575)	(45.114)
Material.....	(1.645)	(1.696)	-	-	(1.645)	(1.696)
Serviço de terceiros.....	(22.689)	(28.457)	-	-	(22.689)	(28.457)
Depreciação e amortização.....	(426)	(609)	-	-	(426)	(609)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(465)	(9.786)	-	-	(465)	(9.786)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(1.288)	(4.434)	-	-	(1.288)	(4.434)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	2.883	1.011	2.883	1.011
Previdência Privada.....	(6.995)	(2.150)	-	-	(6.995)	(2.150)
Outras.....	(6.225)	(5.756)	-	-	(6.225)	(5.756)
<b>Total.....</b>	<b>(103.009)</b>	<b>(108.966)</b>	<b>2.883</b>	<b>1.011</b>	<b>(100.126)</b>	<b>(107.955)</b>

CONSOLIDADO	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	30.06.17	30.06.16	30.06.17	30.06.16	30.06.17	30.06.16
Energia elétrica comprada para revenda.....	(4.702)	(6.984)	-	-	(4.702)	(6.984)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2.272)	(2.497)	-	-	(2.272)	(2.497)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(3.335)	(4.591)	-	-	(3.335)	(4.591)
Pessoal.....	(53.575)	(45.114)	-	-	(53.575)	(45.114)
Material.....	(1.681)	(1.702)	-	-	(1.681)	(1.702)
Serviço de terceiros.....	(23.956)	(28.888)	-	-	(23.956)	(28.888)
Depreciação e amortização.....	(2.393)	(2.578)	-	-	(2.393)	(2.578)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(465)	(9.786)	-	-	(465)	(9.786)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(1.288)	(4.434)	-	-	(1.288)	(4.434)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	2.883	1.011	2.883	1.011
Previdência Privada.....	(6.995)	(2.150)	-	-	(6.995)	(2.150)
Outras.....	(6.423)	(6.062)	-	-	(6.423)	(6.062)
<b>Total.....</b>	<b>(107.085)</b>	<b>(114.786)</b>	<b>2.883</b>	<b>1.011</b>	<b>(104.202)</b>	<b>(113.775)</b>

## 20 Resultado financeiro

TRIMESTRE	Controladora		Consolidado	
	2º Trimestre 2017	2º Trimestre 2016	2º Trimestre 2017	2º Trimestre 2016
<b>Receitas</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	1.870	1.040	2.178	1.327
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga.....	5.797	6.268	5.797	6.268
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	5	1	5	1
Outras.....	310	242	316	541
	<u>7.982</u>	<u>7.551</u>	<u>8.296</u>	<u>8.137</u>
<b>Despesas</b>				
Juros .....	-	-	(1.939)	(2.165)
Encargos sobre tributos e contribuições sociais...	(70)	-	(95)	(44)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(53)	(49)	(53)	(49)
Juros sobre RGR.....	(202)	(202)	(202)	(202)
Outras.....	(1)	-	24	5
	<u>(326)</u>	<u>(251)</u>	<u>(2.265)</u>	<u>(2.455)</u>
<b>Variações Monetárias</b>				
Atualização monetária UTE Piratininga.....	(7.503)	18.894	(7.503)	18.894
Outras variações monetárias .....	14	213	14	213
	<u>(7.489)</u>	<u>19.107</u>	<u>(7.489)</u>	<u>19.107</u>
	<u>167</u>	<u>26.407</u>	<u>(1.458)</u>	<u>24.789</u>
SEMESTRE	Controladora		Consolidado	
	30.06.17	30.06.16	30.06.17	30.06.16
<b>Receitas</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	4.104	2.430	4.677	2.979
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga.....	11.465	12.398	11.465	12.398
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	12	24	12	24
Outras.....	549	247	628	564
	<u>16.130</u>	<u>15.099</u>	<u>16.782</u>	<u>15.965</u>
<b>Despesas</b>				
Juros .....	-	-	(3.990)	(4.357)
Encargos sobre tributos e contribuições sociais...	(74)	(85)	(99)	(129)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(112)	(92)	(112)	(92)
Juros sobre RGR.....	(405)	(405)	(405)	(405)
Outras.....	(1)	-	(1)	-
	<u>(592)</u>	<u>(582)</u>	<u>(4.607)</u>	<u>(4.983)</u>
<b>Variações Monetárias</b>				
Atualização monetária UTE Piratininga.....	1.112	38.166	1.112	38.166
Outras variações monetárias .....	39	322	39	322
	<u>1.151</u>	<u>38.488</u>	<u>1.151</u>	<u>38.488</u>
	<u>16.689</u>	<u>53.005</u>	<u>13.326</u>	<u>49.470</u>

## 21 Seguros

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (a).....	06/04/2017	06/04/2018	15.000	305
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b).....	05/11/2016	05/11/2017	15.000	58
			<u>30.000</u>	<u>363</u>

- (f) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia a terceiros;
- (g) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração;

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Seguro de Riscos Operacionais (a).....	23.08.2016	23.08.2017	77.739	218

(a) Refere-se a cobertura contra os danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH - PIRAPORA

## 22 Instrumentos financeiros classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Classificação
	30.06.17	31.12.16	30.06.17	31.12.16	
Caixa e equivalentes de caixa.....	89.922	75.162	101.798	80.279	Empréstimos e recebíveis
Revendedores.....	16.369	25.192	19.937	29.211	Empréstimos e recebíveis
Consumidores.....	452	4.191	452	4.191	Empréstimos e recebíveis
Serviços - Canal Pinheiros.....	5.643	1.774	5.643	1.774	Empréstimos e recebíveis
Alienação de bens e direitos.....	233	263	233	263	Empréstimos e recebíveis
Arrendamento UTE Piratininga.....	452.502	476.398	452.502	476.398	Empréstimos e recebíveis
Outros créditos.....	7.723	8.772	8.029	9.452	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados.....	26.928	22.698	30.431	26.178	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro indenizável.....	47.114	46.386	47.114	46.386	Empréstimos e recebíveis
Ativo reversível da concessão.....	275.273	275.273	275.273	275.273	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores.....	5.344	4.880	5.632	5.084	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	16.010	16.010	16.010	16.010	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos.....	-	-	88.877	91.725	Passivo financeiro pelo custo amortizado

- **Mensuração do valor justo:** como observado na tabela acima, a Companhia não possui, em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, instrumentos financeiros ativos ou passivos mensurados pelo valor justo.

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e está totalmente comprometida por meio de cotas com as Companhias concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é a geração de energia, a qual foi comercializada através contratos firmados no ambiente de contratação regulada. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

### a. Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

**a.1 Operações com instrumentos financeiros derivativos**

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016, a Companhia e sua controlada não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

**a.2 Risco de crédito**

O risco pode surgir da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado, atualmente, pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

Esse risco também pode surgir de perdas com instituições financeiras, nas quais a Companhia e sua controlada possuem recursos aplicados. Em 30 de junho de 2017, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 89.922 e 101.798, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 75.162, controladora, e R\$ 80.279, consolidado, em 31 de dezembro de 2016), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

No risco de crédito também são incluídos os seguintes contas a receber:

- Serviços do canal do Rio Pinheiros (Nota 16.4);
- Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 5);
- Ativo financeiro indenizável (Nota 9); e
- Ativo reversível da concessão (Nota 10).

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro e serviços do canal do Rio Pinheiros são avaliados como baixo pela Administração da Companhia, em virtude de não terem histórico ou expectativa de perdas.

O ativo financeiro indenizável e o ativo reversível da concessão referem-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão ou em espécie, a Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo em razão desses valores terem sido apurados de acordo com a regulamentação vigente, muito embora estejam sujeitos à fiscalização da ANEEL e, portanto sujeitos à eventual glosa.

**a.3 Exposição a riscos cambiais**

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controlada não apresentavam saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

**a.4 Exposição a riscos de taxas de juros**

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária, e em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e a disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas, de 30 de junho de 2017, com CDI overnight de 10,14% a.a.

<b>I-CVM 475</b>	<b>Saldo 30.06.2017</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário I (-25%)</b>	<b>Cenário II (-50%)</b>
CDI		10,14%	7,61%	5,07%
Controladora	89.922	9.118	6.843	4.559
Consolidado	101.798	10.322	7.747	5.161

<b>I-CVM 475</b>	<b>Saldo 30.06.2017</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário I (+25%)</b>	<b>Cenário II (+50%)</b>
CDI		10,14%	12,68%	15,21%
Controladora	89.922	9.118	11.402	13.677
Consolidado	101.798	10.322	12.908	15.483

A Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da Companhia, possui empréstimo contratado junto ao BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção do saldo devedor em 30 de junho de 2017, referente às parcelas já liberadas, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 7,00% a.a.

<b>I-CVM 475</b>	<b>Saldo 30.06.2017</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário I (+25%)</b>	<b>Cenário II (+50%)</b>
TJLP		8,90%	11,13%	13,35%
Liberado pelo BNDES	88.877	7.910	9.892	11.865

<b>I-CVM 475</b>	<b>Saldo 30.06.2017</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário I (-25%)</b>	<b>Cenário II (-50%)</b>
TJLP		8,90%	6,68%	4,45%
Liberado pelo BNDES	88.877	7.910	5.937	3.955

#### **a.5 Risco de liquidez**

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos e avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

<b>Consolidado</b>	<b>Menos de 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>	<b>Total</b>
Fornecedores.....	5.632	-	-	-	-	5.632
Empréstimos e financiamentos (BNDES).....	2.888	8.665	11.554	34.661	96.280	154.048
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	-	16.010	-	-	-	16.010
<b>Total</b>	<b>8.520</b>	<b>24.675</b>	<b>11.554</b>	<b>34.661</b>	<b>96.280</b>	<b>175.690</b>

**a.6 Risco de aceleração de dívida**

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômicos-financeiros e outros, veja maiores detalhes na nota explicativa nº 13.

**b. Outros riscos: a seguir estão apresentados outros riscos a que a Companhia e sua controlada estão sujeitas.**

**b.1 Risco Hidrológico**

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico destas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. Em relação à PCH Pirapora, de propriedade da Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, aderiu a repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100 conforme Nota 6 letra (e).

**b.2 Risco de preço**

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 (anos) e um reajuste tarifário anualmente em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a RAG será ajustada pela indisponibilidade ou desempenho apurado durante o período medição (60 meses). Na revisão tarifária ocorrida em 4 de julho de 2017, esse ajuste reduziu a RAG em R\$166, o qual está sendo analisado pela Companhia.

Os preços de comercialização de energia elétrica da Controlada são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

Em 13 de julho de 2017, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.265/2017, publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período 1º de julho de 2017 a 30 junho de 2018.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	<b>GAG</b>	<b>Adicionais de investimentos</b>	<b>Bens não reversíveis (5%)</b>		<b>Desempenho</b>	<b>Encargos</b>	<b>Ajustes</b>	<b>RAG</b>
Henry Borden...	123.819	4.561	6.191	-	425	5.786	107	140.039
Porto Góes.....	4.324	354	216		259	577	5	5.735
Rasgão.....	3.555	443	178		-	533	6	4.715
	<b>131.698</b>	<b>5.358</b>	<b>6.585</b>	-	<b>166</b>	<b>6.896</b>	<b>118</b>	<b>150.489</b>

Fonte: REH 2.265/2017 Nota técnica nº 202/2017

***b.3 Risco de regulação***

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e sua controlada.

***b.4 Risco de alteração na legislação tributária***

O governo federal poderá implementar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.